

Depoente de CPI que silenciar poderá ter de ficar na reunião

Projeto do senador Pedro Simon altera o Regimento Interno do Senado. **6**



Gerardo Magela/Agência Senado

Procuradores do Trabalho são homenageados em Plenário **6**

Eduardo Amorim (C) e Ana Amélia durante sessão especial: destaque para combate à desigualdade social

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.818 — Brasília, terça-feira, 26 de fevereiro de 2013



Senado vota MPs e instala comissões nesta semana

Segundo o líder do governo, o Plenário tem todas as condições de votar duas medidas provisórias nos próximos dias; assim, restaria a análise de apenas uma MP, o que deve ocorrer na próxima semana, para limpar a pauta de votação

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga, prevê que, das três medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta do Plenário, duas serão votadas ainda nesta semana. A terceira, de

acordo com ele, será apreciada na semana que vem. Braga disse ainda que boa parte das 11 comissões permanentes do Senado deverá ser instalada também nos próximos dias. Segundo o senador, graças a

acordos fechados entre os líderes dos partidos, já foi definida a composição de "99,99% das comissões permanentes". A primeira a escolher presidente será a Comissão de Assuntos Econômicos. A reunião está marcada para hoje.

Os senadores da comissão deverão confirmar Lindbergh Farias como presidente e Sérgio Souza como vice-presidente. Amanhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se reunirá para a escolha da presidência. **3**

Projeto cria sessões para votar temas específicos **2**

STF decide sobre exame de vetos amanhã **2**

Alvaro Dias e Vital do Rêgo analisam a economia **3**

especial Cidadania

Ficou mais fácil entender como é feito o Orçamento

Projeto Orçamento Fácil apresenta conteúdo multimídia no site do Senado para estudantes e

cidadãos se informarem, de maneira divertida, sobre o planejamento dos gastos públicos. **4 e 5**

Multas poderão financiar carteira de motorista para baixa renda **8**

Figueiró pede que governo instale usina separadora de gás em MS **8**

Alerta para situação dos hospitais filantrópicos

Para resolver a crise financeira das instituições de saúde sem fins lucrativos, Ana Amélia pediu reajuste na tabela do SUS, liberação dos recursos das emendas parlamentares e refinanciamento das

dívidas dos hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia. Vital do Rêgo apoiou o apelo e citou a situação de quase falência de dois hospitais de referência no tratamento contra o câncer na Paraíba. **7**



Santa Casa do Pará

Primeiro centro renal pediátrico público do Pará, na Santa Casa

Objetivo do novo espaço de discussão, em Plenário, é aprofundar o debate dos grandes temas. A primeira sessão, sobre Fundo de Participação dos Estados, foi agendada para 19 de março

Proposta sobre sessões temáticas aguarda votação

ASSUNTOS COMO CÓDIGO de Mineração, sistema tributário nacional, nova Lei dos Portos e Fundo de Participação dos Estados (FPE) poderão ser tratados em sessões temáticas do Senado. Projeto de resolução (PRS 9/13) que institui as sessões de debates temáticos, de autoria da Mesa do Senado, começou a tramitar e deverá ser votado em março. O texto poderá receber emendas até sexta-feira.

O projeto prevê até a possibilidade de realização de votações (ordem do dia) temáticas pelo Plenário, dependendo de proposta do presidente do Senado ou de um terço dos senadores ou, ainda, de líderes

que representem esse número. As sessões temáticas terão o mesmo tempo de duração das sessões deliberativas ordinárias.

Segundo a justificativa da proposta, “não se trata de limitar o exercício da palavra por ocasião do expediente, mas de orientá-lo para que haja o debate de um assunto com maior detalhamento e profundidade, inclusive possibilitando que os senadores se preparem com antecedência para tal discussão”.

Ao anunciar a medida, dia 21, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que essas sessões temáticas “representarão a volta do Senado à

discussão dos grandes temas da agenda nacional”.

O segundo-vice-presidente do Senado, Romero Jucá, citou a segurança pública como exemplo de assunto a ter exclusividade em sessões plenárias. O objetivo, segundo ele, é dar foco ao debate.

O primeiro-secretário do Senado, Flexa Ribeiro, afirmou que, com as sessões temáticas, “o Senado voltará a ter sua posição de Casa Legislativa, desatrelado do Poder Executivo”. O senador confirmou a primeira sessão de debates para o dia 19 de março, quando serão discutidas as novas regras de distribuição dos recursos do FPE.

STF deve resolver amanhã impasse no Orçamento

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) analisará amanhã a forma de votação dos mais de 3 mil vetos presidenciais pendentes de apreciação pelo Congresso. Dará ainda a palavra final sobre a possibilidade de votação do Orçamento de 2013 antes do exame desses vetos.

O impasse vem desde dezembro, quando o Orçamento deveria ter sido votado. Desde então, o governo tem liberado verbas orçamentárias de maneira emergencial. A questão já suscitou um pedido de esclarecimento do Congresso ao STF, uma petição da Advocacia-Geral da União (AGU) ao tribunal e um encontro dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, com o ministro Luiz Fux, do Supremo.

A polêmica teve início com divergências sobre mudanças no sistema de distribuição dos royalties do petróleo. Recursos dos estados produtores foram transferidos para os não produtores. A nova lei dos royalties vinculava o pagamento dos royalties às regras do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e incluía todos os contratos para exploração de petróleo. O texto desagradou a representantes de estados produtores, como o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. O pleito de manutenção das regras anteriores foi atendido pela presidente Dilma Rousseff, que vetou alterações nos contratos

antigos, preservando as regras estabelecidas para o pré-sal.

Para derrubar os vetos à lei do petróleo, no final de 2012 parlamentares de estados não produtores aprovaram um regime de urgência, de modo a passá-los à frente dos mais de 3 mil vetos pendentes de análise, mas foram impedidos por uma decisão liminar dada pelo ministro Fux.

É essa decisão que será analisada pelo conjunto de ministros do tribunal. No entendimento de Fux, os vetos devem ser analisados em ordem cronológica, o que impede que os vetos ao projeto dos royalties furem a fila.

A decisão de Fux foi tomada em resposta a um mandado de segurança apresentado pelo deputado Alessandro Molon (PT-RJ). Caso a decisão seja confirmada, os ministros devem definir seu alcance — se vetos cujos prazos de apreciação estão vencidos impedem a votação apenas de vetos mais recentes ou também a votação de outras matérias, como o Orçamento.

A determinação de obediência à ordem cronológica foi interpretada pela oposição e pelos parlamentares de estados não produtores de petróleo como uma regra válida para todas as matérias em pauta no Congresso, inclusive o Orçamento de 2013.

Para superar o impasse, a AGU e o Senado solicitaram ao ministro Fux, no início do ano, esclarecimentos quanto ao alcance de sua decisão. Ele afirmou que a votação cronológica se aplica só aos vetos, podendo o Congresso “apreciar e votar proposições de natureza distinta”.

Com o esclarecimento, líderes governistas voltaram a trabalhar com a possibilidade de aprovação do Orçamento antes mesmo de uma solução para os vetos. No entanto, a AGU apontou o risco de esse encaminhamento resultar em insegurança jurídica, caso a decisão liminar de Fux não seja confirmada pelo Plenário do STF. Além da questão das verbas orçamentárias, a AGU teme que a derrubada de vetos antigos possa reverter leis em vigor, levando a um prejuízo de até R\$ 1 trilhão para os cofres públicos.

Plenário do tribunal decidirá sobre forma de votação de vetos presidenciais pendentes da análise do Congresso



Ministros Luiz Fux e Joaquim Barbosa: STF decidirá sobre apreciação de vetos

Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado procurador parlamentar

Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) foi designado para o cargo de procurador parlamentar pela Presidência do Senado. A Procuradoria Parlamentar da Casa é composta por cinco senadores e não conta com um presidente ou um coordenador. Os outros quatro membros ainda serão indicados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Pela proporcionalidade partidária, as vagas pertencem ao PMDB, PT, PSDB e PTB.

Cada procurador parlamentar tem mandato de dois anos na atividade, renovável por mais dois. Os membros da Procuradoria deverão providenciar ampla publicidade reparadora



Antonio Carlos Rodrigues é primeiro dos cinco indicados para o cargo

de matérias ofensivas à instituição ou a seus integrantes, veiculadas pela imprensa. E terão a prerrogativa de promover, por meio do Ministério Público, da Advocacia-Geral da União ou da Advocacia do Senado, as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para obter reparação.



Servidores terceirizados da TV Senado entregaram ontem uma placa comemorativa ao diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, pela gestão à frente dos veículos de comunicação da Casa. A iniciativa dos funcionários foi acompanhada pelo coordenador de Comunicação do Sindilegis para o Senado, Deraldo Goulart, e pela diretora da TV Senado, Leila Daher. Os servidores

ressaltaram a importância do trabalho desenvolvido pelo diretor na TV Senado. Fernando Cesar recebeu a homenagem como um reconhecimento pelo trabalho desempenhado desde a criação da TV. Para ele, a democracia ficou ainda mais fortalecida no Brasil com os canais legislativos. Afirmou ainda que a TV Senado foi pioneira em aproximar a atividade parlamentar da sociedade visando ao pleno exercício da cidadania.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada por MPs

14h Três medidas provisórias estão trancando a pauta. A MP 581/12 regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. A MP 582/12 amplia a desoneração da folha de pagamentos para diversos setores da economia. A MP 588/12 abre crédito extraordinário de R\$ 1,68 milhão para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

PRESIDÊNCIA Ministro da Saúde

11h30 Renan Calheiros recebe membros da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas; às 12h, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Às 16h, preside a ordem do dia e, às 19h, recebe o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Nelson Calandra.

CAE Reunião para eleger comando

10h Eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto estabelece comissão mínima de 4% para comerciários

Empresas comerciais deverão pagar ao empregado, pelo menos, 4% de comissão sobre as vendas efetivadas por ele. É o que prevê projeto de Ruben Figueiró (PSDB-MS) que aguarda emendas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto receberá decisão terminativa no colegiado.

A proposta (PLS 47/13) modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Pelo projeto, o comerciário não receberá os 4% apenas na hipótese de haver condição mais benéfica, fixada em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Se a soma do salário e das vantagens ultrapassar o teto de contribuição da Previdência Social, o valor das comissões será considerado como parcela indenizatória. A medida, segundo o autor, evita aumento da carga tributária para as empresas.

O senador não diferenciou as empresas de acordo com o tamanho. A diferenciação, ressaltou, já é feita por mecanismos como o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples).

De acordo com Figueiró, a intenção é uniformizar o percentual da comissão para que o comerciário não sofra distorções quanto à política salarial.

“Nas empresas de grande porte, principalmente, observamos a prática do pagamento de comissões de forma diferenciada, o que gera enormes descontentamentos, pois não se tem um valor uniforme mínimo”, diz.

Senado instala comissões e vota 2 MPs nesta semana, afirma Braga

Aprovadas as duas medidas provisórias no Plenário do Senado, faltará a votação de apenas uma para destrancar a pauta

O LÍDER DO governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou ontem que o Plenário da Casa “tem todas as condições de votar duas medidas provisórias nesta semana”, abrindo caminho para destrancar a pauta na próxima semana.

Braga disse estar confiante que os senadores votarão nos próximos dias as MPs 581/12 e 582/12. Assim, para liberar a pauta do Senado, restaria votar a MP 588/12 na próxima semana.

O líder do governo informou ainda que muitas das 11 comissões permanentes do Senado podem ser instaladas e ter os presidentes e vice-presidentes eleitos também nos próximos dias.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) começa os trabalhos hoje. Braga acredita que as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Educação, Cultura e Esporte



Eduardo Braga, líder do governo no Senado: ritmo se acelera nesta semana

(CE) e de Serviços de Infraestrutura (CI) também têm condições de fazer o mesmo no decorrer da semana.

— Há um entendimento entre as lideranças partidárias já bastante avançado. Definiram-se 99,99% das

comissões permanentes. Portanto, vamos avançar. Não creio que todas as comissões conseguirão começar os trabalhos nesta semana, pois teremos algumas reuniões de comissões mistas de medidas provisórias.

Na quarta, teremos a decisão do STF sobre os vetos e o Orçamento. Tudo isso vai impactar o ritmo de nossos trabalhos. Ficarão algumas comissões para serem instaladas na próxima semana — acrescentou.

MPs

A MP 581/12 regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e autoriza a União a conceder créditos à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil nos valores de R\$ 13 bilhões e R\$ 8,1 bilhões, respectivamente, para financiamentos a projetos de infraestrutura e agropecuária e a pessoas físicas.

A MP 582/12 amplia a desoneração da folha de pagamentos para diversos setores da economia, que serão beneficiados com a tributação da receita bruta em substituição às contribuições sociais para a Previdência. A MP concede ainda outros benefícios, totalizando renúncia fiscal de R\$ 16,48 bilhões em cinco anos.

Colegiados começam a eleger seus presidentes

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10h, para eleger presidente e vice. A presidência ficará com Lindbergh Farias (PT-RJ) e a vice-presidência, com Sérgio Souza (PMDB-PR).

Eles estarão à frente da CAE por dois anos e serão responsáveis pela condução de debates e votações sobre temas relevantes. Está na comissão, por exemplo, projeto de resolução que prevê a unificação da alíquota do ICMS em 4% em 12 anos (PRS 1/13).

Amanhã, às 10h, será a vez da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) escolher o presidente. Ainda

nesta semana, devem ocorrer eleições em outras nove comissões permanentes.

Estão confirmados Vital do Rêgo (PMDB-PB) para a CCJ

e Cyro Miranda (PSDB-GO) para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) deverá comandar a de

Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). E Fernando Collor (PTB-AL), a de Serviços de Infraestrutura (CI).

A de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) poderá ter Ana Rita (PT-ES) como presidente, e a de Assuntos Sociais (CAS), Waldemir Moka (PMDB-MS). Blairo Maggi (PR-MT) deve presidir a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Benedito de Lira (PP-AL) é o indicado para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), e Zeze Perrella (PDT-MG) para a de Ciência e Tecnologia (CCT).



Lindbergh será confirmado hoje para a Comissão de Assuntos Econômicos



Cyro é o indicado do PSDB para a de Educação, Cultura e Esporte

Alvaro: falas de Mantega lembram Chacrinha

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem a forma como o governo tem conduzido a economia brasileira. Ele destacou a última edição da revista *Época*, que, em reportagem de capa, registra o enfraquecimento da economia e a fuga de investidores do Brasil.

— Não é uma capa que gostamos de ver. Não é o que desejamos para o país, mas é a realidade — lamentou.

O senador criticou a atuação do ministro da Fazenda, Guido Mantega. Alvaro disse que as recen-

tes declarações do ministro lembram frase de Chacrinha, que dizia: “Eu vim para confundir, não para explicar”. Para Alvaro, há “uma babel” no seio do governo, principalmente entre Ministério da Fazenda e Banco Central.



Alvaro pede explicações

Alvaro lembrou ter protocolado requerimento para que Mantega compareça ao Senado para explicar a situação da economia.

— Não se conhecem as armas que a gestão petista quer usar, mas há uma certeza: eles não sabem o que fazem — disse.

Vital reafirma confiança na equipe econômica

Vital do Rêgo (PMDB-PB) afirmou ontem confiar na capacidade do governo de lidar com os dilemas da economia. Para ele, apesar de alguns verem equívocos nas decisões da equipe econômica, o governo está no caminho certo.

— A bem da verdade, acredito que a agenda macroeconômica do nosso país está sendo atendida com responsabilidade e com bom senso — disse.

O senador lembrou que, na sexta-feira, o IBGE deve divulgar o número oficial do crescimento do PIB em

2012, estimado entre 1% e 2%. Na opinião dele, o número reflete o quadro mundial da economia. Vital acredita que o índice será maior em 2013.

Ele ressaltou que a taxa básica de juros (Selic), hoje em 7,25% ao ano, é a menor da história do país. A previsão de 5,7% para a inflação, disse, apesar de acima do centro da meta (4,5%), também está distante do teto (6,5%).

O parlamentar elogiou o esforço do governo para resolver os gargalos na infraestrutura.



Vital ressalta bom senso

Jeito simples e divertido de acompanhar o orçamento

Voltado para estudantes do ensino médio e para qualquer cidadão interessado em entender como é feito o planejamento dos gastos públicos, o Projeto Orçamento Fácil tem conteúdo multimídia e pode ser acessado no site do Senado

BASTA UM CLIQUE para que o internauta comece a desmontar a impressão de que conhecer o orçamento público é apenas para iniciados. A tela abre um quadro com ilustrações animadas. A voz do locutor indaga a um jovem personagem, que caminha por uma rua de desenho onde tudo funciona, se ele imagina o que seria uma cidade sem orçamento público. No momento seguinte, tudo começa a desmoronar. O locutor pergunta se o personagem sabe por que isso acontece e se tem ideia do que é orçamento público e por que ele é tão importante.

Com esse convite, o internauta pode entrar no Orçamento Fácil, que está alojado na página do e-Cidadania, acessada pela chamada no alto do canto direito do site do Senado (www12.senado.gov.br/ecidadania). Lançado neste mês, o projeto — desenvolvido pelo **Jornal do Senado** e pela Agência Senado, em parceria com a Consultoria de Orçamento e com apoio da Rádio e da TV Senado — colocou, em uma primeira etapa, nove vídeos à disposição do público, totalizando 20 minutos.

— Eles traduzem conceitos técnicos em linguagem clara, simples e didática, de forma a atrair o cidadão — explica a consultora Rita Santos, uma das responsáveis pelo conteúdo do Orçamento Fácil.

Esses vídeos iniciais trazem noções básicas sobre as três leis orçamentárias (o Plano

Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual) e a tramitação delas. O projeto deve apresentar novos vídeos até o segundo semestre, tratando com a mesma linguagem lúdica e recursos animados assuntos como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a dívida pública, a participação do Congresso na elaboração e execução do Orçamento e a importância da transparência e do controle social na fiscalização dos gastos públicos.

Escolas

É a primeira vez, segundo o consultor-geral de Orçamentos, Orlando Neto, que compôs a trilha sonora do projeto, que o Senado produz um material pedagógico com recursos multimídia voltado para alunos do ensino médio, embora o projeto alcance qualquer cidadão.

— Integrantes de lideranças partidárias na Câmara e no Senado já estão usando informalmente os vídeos do Orçamento Fácil para tirar suas dúvidas — informa Rita.

A função pedagógica do projeto será aprofundada. Um dos planos é desenvolver material de apoio para auxiliar os professores a utilizar os conteúdos em aula e estimular os alunos a aplicá-los.

Esse público já é alcançado por outras ações do Senado. A primeira iniciativa foi o curso de redação, que está na sexta edição. Os selecionados em primeiro lugar em cada

estado vêm a Brasília participar do Projeto Jovem Senador. Essas duas ações, como explica a diretora de Relações Públicas, Andréa Valente, fazem parte do Programa Senado Jovem Brasileiro, criado em 2010, com apoio da Secretaria-Geral da Mesa e da Consultoria Legislativa.

— O Senado oferece aos estudantes conhecimentos importantes para o exercício da cidadania, como o processo legislativo. Eles aprendem como é elaborada uma lei e como funciona o Senado — diz Andréa.

A Secretaria de Relações Públicas deve auxiliar na divulgação do Orçamento Fácil. Um dos planos é aproveitar a parceria com o Ministério da Educação, que já divulga o Concurso de Redação do Senado para todas as escolas federais e estaduais de ensino médio. Outra possibilidade é desenvolver um concurso específico sobre orçamento público para os estudantes, inserindo os temas do Orçamento Fácil.

O projeto está sendo divulgado pelas redes sociais. Nesta semana, o link deve ser enviado aos 350 mil alunos dos cursos a distância do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Além disso, segundo o diretor da área, Marcelo Larroyed, o Orçamento Fácil será usado como material



Um jeito simples de conhecer o orçamento público e participar

A importância do orçamento »

Planejar e realizar

Você sabe o que o orçamento público tem a ver com o funcionamento de uma cidade? Ele define as prioridades na aplicação dos recursos que o governo arrecada para garantir o bem estar da sociedade.

→ A importância do orçamento

Plano Plurianual »

Ajustar a cada ano

As mudanças que ocorrem ano a ano exigem que o planejamento seja ajustado. Os governantes propõem as regras, que são aprovadas pelos parlamentares. É a única lei que impede o recesso do Congresso.

→ Plano Plurianual

Lei de Diretrizes Orçamentárias »

Projetar com antecedência

Para oferecer bens e serviços, realizar obras e manter programas sociais, o governo precisa planejar com antecedência o que deve ser feito. Organiza os pedidos da sociedade e submete aos parlamentares.

→ Lei de Diretrizes Orçamentárias

Lei Orçamentária Anual »

Colocar em prática

O orçamento converge em realidade as reivindicações da população, definindo gastos conforme os recursos que o governo arrecada a cada ano. Os parlamentares podem alterá-lo por emendas.

→ Lei Orçamentária Anual

Jogo da cidadania »

Aprenda brincando

Definir prioridades e onde os recursos serão aplicados não é tarefa fácil. Mas é responsabilidade de todos. Que tal vivenciar essa experiência? O INESC criou o jogo da Cidadania com essa finalidade.

→ Inicia o jogo

Em breve!

Agora que você conheceu as ideias iniciais do orçamento público, prepare-se para voltar aqui em breve e continuar conosco nessa trilha. Novos conteúdos estão sendo elaborados para que você avance nesses conhecimentos e se capacite para participar cada vez mais dos rumos de sua cidade, do seu estado e do seu país.

didático nos cursos de orçamento deste ano. A meta é capacitar em 2013 cerca de 30 mil alunos.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc),

ONG que há oito anos capacita jovens a respeito do orçamento, vai usar o site em suas oficinas e enviou o link a 15 mil assinantes da sua mala direta.

Situações do cotidiano aproximam internauta de conceitos complexos

Construir uma linguagem apropriada aos jovens, que simplificasse conteúdos técnicos e muitas vezes herméticos, utilizando recursos multimídia, foi um grande desafio para a equipe do Orçamento Fácil.

— O núcleo do projeto, formado por cinco pessoas, não tinha experiência em animação. Foi difícil achar o melhor caminho. No final, o resultado foi inovador — avalia Cíntia Sasse, do **Jornal do Senado**, que atuou na produção do conteúdo.

A escolha do tipo de ilustração envolveu pesquisas e estudos de personagem. — Levantei o que existia nas mídias para esse público. Pesquisei animação e história em quadrinhos no Brasil, na Itália, no Japão e nos EUA — diz o produtor de infografia do **Jornal do Senado** Cássio Costa, responsável pelas ilustrações.

Segundo ele, a ideia inicial era utilizar o estilo das animações japonesas (animes). — O estudo de personagem, porém, mostrou que não há relação direta entre esse estilo e o êxito na comunicação com o público juvenil — explica.

Diego Jimenez, também do **Jornal do Senado**, dedicou-se a pesquisar na internet projetos com o mesmo objetivo do Orçamento Fácil.

— Consideramos as nossas limitações técnicas, tanto

em relação a equipamento e a software para animação quanto a pessoal — diz Jimenez, responsável pela animação dos desenhos.

Parte da equipe foi treinada pelo chefe da Videografia da TV Senado, André Mendes, para utilizar o Adobe After Effects, ferramenta empregada para animar as ilustrações.

Caderno

O primeiro resultado foi um vídeo com desenhos realistas. No entanto, conversas informais com profissionais de animação, como os premiados Elvis Kleber e Ítalo Cajueiro, mostraram que a opção, além de demorada, poderia não ser eficaz na comunicação com os jovens.

— Colocamos o pé no freio e repensamos o projeto, do roteiro à animação. Foi a grande virada para chegarmos à forma atual — conta o responsável pelo roteiro e finalização do projeto, Bernardo Ururahy, da Agência Senado, formado em Cinema.

Criou-se uma identidade visual que, de modo despojado, se aproximasse do estudante, sem perder os atrativos para outros públicos.

— Foi assim que surgiu a ideia da folha pautada com cenário, que sugere as linhas de um caderno escolar — diz Cássio Costa, formado em Desenho Industrial.

Pequenas histórias do cotidiano, narradas pelo locutor da Rádio Senado Ricardo

Nakaoka, são facilmente compreendidas pelo internauta.

— A narrativa estabelece um conflito que será resolvido pela apresentação do conceito que queremos comunicar — explica Ururahy.

As histórias são contadas em cada vídeo de forma independente, permitindo ao internauta criar sua própria ordem de consulta.

— O desenho da página está voltado para se adequar aos dispositivos móveis, com ajustes automáticos à tela de smartphones e tablets, permitindo navegar tão facilmente quanto num computador — afirma o produtor de multimídia da Agência Senado Wilton Rodrigues, que desenvolveu o site.

Os conteúdos estão distribuídos em canais, que podem ser atualizados com novos vídeos e recursos multimídia, como infográficos, fotos, entrevistas, links e textos.

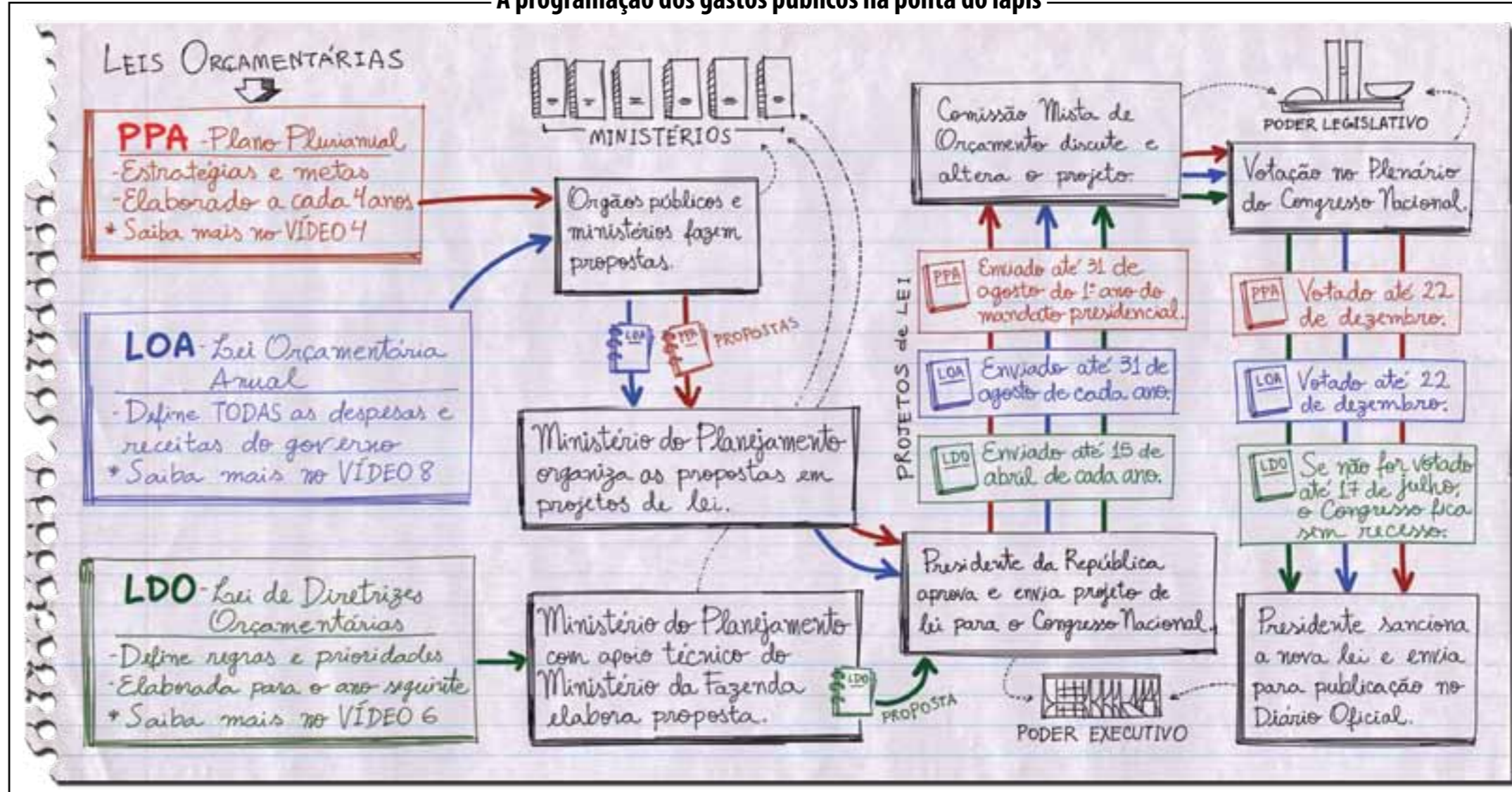
— É um projeto modular que pode abrigar vários tipos de informação — conclui Rodrigues.

Saiba mais

Orçamento Fácil
www.senado.gov.br/ecidadania
Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
<http://www.inesc.org.br>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal

A programação dos gastos públicos na ponta do lápis



orçamento sem segredos

O CONGRESSO APROVOU HOJE O ORÇAMENTO FEDERAL. O PAGAMENTO DE JUROS VAI EXIGIR UM MAIOR RESULTADO PRIMÁRIO. OS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE E DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS TOTALIZAM...

PUXAI QUEM ENTENDE O QUE FALAM SOBRE ORÇAMENTO? REALMENTE PARECE COMPLICADO, MAS NÃO É TANTO ASSIM.

E VOCÊ ENTENDEU ISSO QUE DISSERAM NA TV? MAIS OU MENOS, MAS LOGO VOU ENTENDER TUDO. ESTOU APRENDENDO COM OS VÍDEOS DO ORÇAMENTO FÁCIL.

COM QUEM? É UMA SÉRIE DE VÍDEOS SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO, ENSINAM COMO O GOVERNO PLANEJA SUAS RECEITAS E SEUS GASTOS.

PARCE INTERESSANTE.

Lei Orçamentária Anual

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Plano Plurianual

MAS A FUNÇÃO DELES NÃO É FAZER LEIS?

ISSO MESMO. E SÃO TRÊS LEIS QUE DEFINEM COMO SE GASTA O DINHEIRO PÚBLICO.

NO SITE DO OrçamentoFácil

WWW.SENADO.GOV.BR/ORÇAMENTOFACIL

Carta Magna

Na Inglaterra, em 1215, foi criado o Conselho Comum do Reino, considerado o precursor do parlamento moderno. Era formado por senhores feudais e membros da Igreja. Seu objetivo era impor limites à cobrança de impostos do rei.

Plenário homenageia procuradores do Trabalho

Em sessão especial que celebrou os 34 anos da associação nacional da categoria, senadores ressaltaram atuação em busca de condições mais dignas para os trabalhadores brasileiros e o combate à exploração

O SENADOR EDUARDO Amorim (PSC-SE) ressaltou ontem, em Plenário, o papel da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) em defesa dos trabalhadores e no combate às desigualdades sociais. O senador presidiu sessão especial, pedida por ele, em homenagem aos 34 anos da associação.

Segundo Amorim, a ANPT tem interagido com a sociedade em busca de condições “mais dignas e igualitárias para trabalhadores brasileiros”. Entre as iniciativas mais recentes da associação, ele citou a apresentação de sugestões de alterações à Medida Provisória (MP) 595/12, que estabelece

o novo marco regulatório do setor portuário.

O senador mencionou entre os principais objetivos da associação a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil, além da formalização dos contratos de trabalho.

Injustiças

Amorim prestou ainda homenagem a sua esposa, Vilma Leite Machado Amorim, que o ensinou, segundo relatou, a “valorizar e entender o trabalho dos procuradores”.

— Somos um país privilegiado, com os solos mais ricos e férteis do planeta, mas enfrentamos muitas injustiças e sabemos que ainda há muito

a fazer — afirmou Amorim.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) elogiou medidas recentes do Ministério Público do Trabalho, como a abertura de investigações destinadas a impedir a exploração do trabalho de menores adolescentes por clubes de futebol, que recrutam meninos ainda muito jovens para as divisões de base.

— Os times estão sendo notificados e terão de oferecer a pequenos atletas, que sonham chegar ao estrelato, garantias, entre as quais três meses para gratuidade de testes e seleções e exame clínico, além da manutenção da frequência escolar — informou Ana Amélia.



Na CPI do Cachoeira (foto), depoentes que fizeram silêncio foram liberados

Depoente de CPI que optar por silêncio poderá ser obrigado a ficar na sessão

Quem for chamado a depor em comissão parlamentar de inquérito deverá permanecer na reunião mesmo optando pelo direito ao silêncio para não se autoincriminar. É o que sugere Pedro Simon (PMDB-RS), por meio de projeto de resolução que altera o Regimento do Senado.

O senador afirma que a dispensa do depoente que se recusa a falar, com amparo em instrumento judicial ou não, entrou na pauta de debates do Congresso. Na justificativa do projeto (PRS 4/13), ele observa que, em depoimento, as comissões de inquérito adotam procedimentos divergentes.

Como exemplo, Simon citou a CPI que investigou as conexões do contraventor Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados. Nela, os depoentes que se recusavam a falar eram imediatamente liberados de participar da sessão de arguição. Em consequência, os parlamentares acabavam restringidos em seu direito de apresentar perguntas sobre questões que, embora relacionadas ao tema e aos depoentes, não necessariamente provocariam prejuízo judicial a eles.

A seu ver, a deliberação que favoreceu o “mutismo”

dos depoentes, entre eles o de Fernando Cavendish, dono da empreiteira Delta, criou um “estranho” princípio: “O convidado ou convocado silencia a si mesmo e, por consequência, força o silêncio do Parlamento”.

Com a proposta, que será submetida ao Plenário do Senado, o autor explicou que a intenção é estabelecer limites entre direitos do depoente e o exercício da atividade parlamentar de investigar.

Simon observou que a questão do direito tem sido discutida também no Supremo Tribunal Federal (STF).

Ele cita algumas decisões e conclui haver na Corte uma inclinação no sentido de que o uso do direito de calar-se não seja compreendido como cerceamento da atividade investigatória dos poderes públicos. Entre as decisões, ele incluiu habeas corpus deferido pelo ministro Sepúlveda Pertence que garantiu a depoente de CPI o direito de calar-se, mas sem dispensa de comparecer à sessão.

De acordo com o então ministro, “do direito ao silêncio não decorre o de recusar-se de logo a depor, mas sim o de não responder às perguntas cujas respostas entenda possam vir a incriminá-lo”.

Para Simon, a dispensa de quem decide ficar calado força o silêncio do próprio Parlamento



Os procuradores Azevedo Lima e Camargo de Melo participam da sessão com os senadores Eduardo Amorim e Ana Amélia

Entidade luta contra trabalho escravo

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a participação da ANPT na luta contra o trabalho escravo. Ele relatou que o tema foi abordado durante recente viagem que fez à Bolívia. Segundo o senador, existe preocupação no país vizinho em relação à possível contratação de bolivianos no Brasil em condições análogas à de trabalho escravo.

— Não queremos que isso aconteça com brasileiros em ou-

tros países nem com trabalhadores de outros países no Brasil — afirmou Raupp, que apoiou a atuação em Rondônia do Ministério Público do Trabalho, especialmente no que se refere à garantia de boas condições de trabalho aos funcionários das empresas que erguem, no estado, as Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, ressaltou a necessidade

de diálogo permanente entre a associação e o Congresso, a respeito de temas como o combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil, além da exploração sexual de crianças e adolescentes. Ele defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC 57A/99) que estabelece expropriação de terras em que for constatado trabalho escravo. A PEC foi aprovada na Câmara e agora tramita no Senado.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Senador alerta que inflação maior pode fazer retornar situação anterior

Cristovam: Dilma errou ao falar em “superar” a miséria

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou ontem o fato de a presidente da República, Dilma Rousseff, ter usado o verbo “superar” ao se referir a 22 milhões de famílias que deixaram a situação de miséria extrema. Para Cristovam, o verbo cria uma ilusão de que os pobres deixaram definitivamente a situação em que se encontravam.

Segundo o senador, embora tenha o mérito de aliviar a fome, o Programa Bolsa Família ainda não fez as pessoas superarem a pobreza. Ele disse que, se a inflação voltar a uma taxa de 8% ao ano, por exemplo, em quatro anos se perderão quase 50% do valor da transferência de renda do Bolsa Família. Cristovam citou ainda a necessidade de medidas estruturais.

— A situação social não é definida só por um aumento da renda, nem mesmo se fosse um aumento substancial. A posição social depende das condições de habitação, de segurança e, fundamentalmente, da saúde e da escola onde essa pessoa está — observou.

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que seria interessante o beneficiário do Bolsa Família não deixar de receber o benefício ao passar a trabalhar com carteira assinada.

— A carteira assinada é a inclusão social, a mais digna inclusão social — disse.

Cristovam criticou a manifestação do governo contra um projeto de autoria dele que condiciona o recebimento do Bolsa Família à visita de pais ou responsáveis à escola pelo menos uma vez por ano. O PLS 449/07 tramita na Comissão de Educação e Cultura da Câmara.

— Eu conversei com a ministra [Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome]. Ela é radical: isso daí não se pode exigir. O governo não aceita. A prova é que não há ideia de superar, a não ser no discurso. Existe, sim, a ideia de assistir. Por isso, a presidente errou ao usar o verbo superar a miséria, quando, no máximo, está tentando assistir aos pobres — afirmou o senador.

Ana Amélia quer socorrer hospitais filantrópicos

Senadora propõe aumento na tabela do SUS, liberação de recursos de emendas parlamentares e refinanciamento de dívidas das Santas Casas para resolver crise financeira enfrentada por instituições

REAJUSTE NA TABELA do Sistema Único de Saúde (SUS), liberação dos recursos das emendas parlamentares e refinanciamento das dívidas dos hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia são algumas das propostas apresentadas por Ana Amélia (PP-RS) para resolver a crise financeira das instituições de saúde sem fins lucrativos.

A senadora informou que o endividamento das Santas Casas poderá passar dos R\$ 17 bilhões este ano, enquanto a remuneração desses hospitais não passa de 65% das despesas.

— É uma conta que nunca fecha. E que, no médio prazo, tem impactos catastróficos

no atendimento de saúde, podendo causar um colapso no sistema — alertou.

Ana Amélia disse ainda que os hospitais beneficentes foram responsáveis por 44% das internações pelo SUS, em 2011. Ela defendeu o apoio a essas instituições para a melhoria no atendimento.

A defasagem no valor dos procedimentos pagos pelo SUS foi apontada pela senadora como uma das principais dificuldades enfrentadas pelas instituições filantrópicas que estão “ou encolhendo ou fechando as portas”.

— O endividamento das Santas Casas aumentou com o corte do repasse

de verbas de estados e municípios prejudicados pela falta de receita com a política do governo federal de desoneração de impostos — acrescentou.

Em aparte, Vital do Rêgo (PMDB-PB) citou a situação de quase falência de dois hospitais de referência no tratamento contra o câncer na Paraíba. O senador disse acreditar na “sensibilidade” do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para rever a tabela do SUS. Ele também lançou um apelo ao próprio Congresso para avançar no sistema de custeio para que a área tenha receita que possa ser aplicada em situações críticas como essa.



Ana Amélia: Santas Casas como a de Ponta Grossa (PR) foram responsáveis por 44% das internações pelo SUS em 2011

Projeto torna avaliação de hospitais obrigatória

Está pronto para ser votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) um projeto de lei que torna obrigatórias a avaliação, a acreditação e a certificação de qualidade de todos os hospitais do país, tanto os públicos quanto os privados.

De autoria de Vital do Rêgo (PMDB-PB), o PLS 126/12 tem relatório pela aprovação, elaborado por Ângela Portela (PT-RR).

A proposta altera a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90) para tornar obrigatória a avaliação periódica dos serviços hospitalares. Deve ser criado também um regulamento para estabelecer metodologias de avaliação e indicadores de qualidade.

Para o autor do projeto, a melhoria da qualidade hospitalar ainda é um desafio. Vital dá como exemplo um sistema

de melhoria da qualidade dos hospitais desenvolvido nos Estados Unidos, o Programa de Padronização Hospitalar.

De acordo com o senador, o Brasil trabalha com avaliação desde a década de 70, mas não houve impacto significativo sobre a qualidade dos serviços.

Avaliação externa

O autor explica que a acreditação é um processo de avaliação externa, de caráter voluntário, em que uma organização, em geral não governamental, avalia periodicamente um serviço de saúde.

“A organização verifica a conformidade desse sistema de saúde com um conjunto de padrões previamente estabelecidos e divulgados, concebidos para melhorar a qualidade do cuidado ao paciente”, explica Vital do

Rêgo na justificativa do texto.

A relatora do projeto afirma que a proposta é meritória e que a acreditação hospitalar é um mecanismo adequado de avaliação e certificação de qualidade dos serviços.

“Dispõe-se, ademais, de uma experiência nacional e internacional suficientemente desenvolvida para permitir transformar a acreditação de serviços hospitalares em uma realidade em nosso país e, quem sabe, talvez possamos estendê-la para os demais serviços de saúde em pouco tempo, conforme a possibilidade prevista pelo projeto”, argumenta Ângela Portela.

Se for aprovado na CAS, o projeto deve ir diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação no Plenário do Senado.



Vanessa cobra reforma política que destaque as plataformas dos partidos

Vanessa aposta em continuidade de projeto político

Uma reforma política que ponha em destaque os partidos e suas plataformas foi defendida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

— As pessoas ainda entendem que devem escolher os seus candidatos pela simpatia. Está errado. Nós devemos votar em cima da plataforma política — disse.

Para o próximo congresso do PCdoB, agendado para novembro, a senadora disse esperar um balanço profundo dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, os quais classificou como “uma das maiores conquistas do povo brasileiro dos últimos tempos”.

— Temos muitas razões para entender a importância, a necessidade da continuidade desse projeto político que vem sendo aplicado no Brasil, porque é a continuidade que vai permitir o avanço, e o Brasil tem muito a avançar — disse.

Para Vanessa, a festa de 33 anos do PT, realizada na semana passada, que também comemorou os dez anos de governo, “na verdade foi a festa de todas as forças aliadas”. Ela acrescentou que a responsabilidade sobre as conquistas do período deve ser dividida com os partidos que apoiam o governo.

Yoani Sánchez

Vanessa também rebateu questionamentos à demora do governo de Cuba para permitir a vinda ao Brasil da blogueira Yoani Sánchez, argumentando que agora estão ocorrendo mudanças políticas naquele país e que não cabe intromissão externa nos assuntos cubanos.

A senadora considerou os protestos contra a presença de Yoani no Brasil como próprios da democracia, mas minimizou os acontecimentos, observando que Yoani não sofreu agressões nem foi impedida de se pronunciar.

— Não sei como alguém pode ser contra qualquer protesto. A própria vinda dela ao Brasil teve como objetivo maior protestar contra o governo de seu país. Então, não podemos protestar contra os protestos que ela sofre, porque a democracia é isso.



Agente de trânsito aplica multa a motorista infrator: projeto em tramitação no Senado determina que esse dinheiro custeará carteira de habilitação

Multas poderão custear carteira de motorista dos mais pobres

Proposta recém-apresentada por Clésio Andrade permite que pessoas de baixa renda se tornem motoristas profissionais

PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO Nacional do Transporte (CNT), o senador Clésio Andrade (PMDB-MG) apresentou um projeto de lei que destina o dinheiro das multas de trânsito para o financiamento da carteira de motorista dos mais pobres. O objetivo do projeto (PLS 38/13) é permitir que as pessoas de baixa renda possam trabalhar como motoristas profissionais.

Segundo Clésio, tanto um condutor amador de categoria B que queira obter uma carteira profissional de categoria C ou D como o motorista profissional que queira migrar entre as categorias C, D e E têm de gastar cerca de R\$ 1.600 com cursos e documentação.

A sua proposta define como baixa renda as pessoas com renda mensal

de no máximo três salários mínimos.

O senador argumenta que, além de oferecer qualificação a pessoas que de outra forma estariam desempregadas ou subempregadas, o projeto pode atender setores que precisam de mão de obra qualificada. Segundo ele, há no setor transportador uma demanda por 40 mil motoristas habilitados e, se nada for feito, “existe a expectativa de um apagão de mão de obra no setor”.

Os recursos para financiar a aquisição da carteira teriam origem nas multas de trânsito, que atualmente são utilizadas para financiar sinalização, engenharia de tráfego e de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

Apresentado na semana passada, o projeto está na Comissão de Consti-



Clésio: troca de categoria exige R\$ 1.600

tuição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se for aprovado lá, poderá ser enviado diretamente à Câmara dos Deputados, sem ter de passar pelo Plenário do Senado, a não ser que haja recurso de algum senador para isso.

Raupp pede ao governo que recupere estradas federais de Rondônia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) relatou a realização, na semana passada, de eventos nas “cidades gêmeas” de Guajará-Mirim, em Rondônia, e Guayaramerín, na Bolívia, em que foram tratados temas de interesse dos dois países.

Um dos assuntos abordados foi a construção de duas usinas, da cachoeira Ribeirão e da cachoeira Esperança, com eclusas para tornar os Rios Madre de Deus e Beni navegáveis até o Rio Madeira.

Também foi discutida a construção de uma ponte binacional, prometida ainda pelo ex-presidente Lula e que, segundo o senador, deve entrar em fase de licitação no prazo de três meses.

— Com essa integração, com a geração de energia, com a integração via fluvial e também rodoviária, vamos desenvolver as duas regiões, de Guayaramerín e Guajará-Mirim — afirmou Raupp.

O senador alertou para a falta de condições da BR-425, que liga Porto Velho a Guajará-Mirim.

— Peço o empenho do Ministério dos Transportes e do Dnit para que agilizem, para que reforcem esses apelos de recuperação das nossas BRs federais em Rondônia.



Pedro França/Agência Senado

Paulo Paim adverte ser contra propostas de flexibilização da CLT



Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que reconhece a necessidade de atualização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas

advertiu que não concorda com a flexibilização das leis trabalhistas. Criada em 1º de maio de 1943 por Getúlio Vargas, a CLT é, para Paim, “um patrimônio dos trabalhadores”.

— Se alguém pensa que vamos concordar com aqueles que querem revogar a CLT, estão muitíssimo enganados.

Para ele, direitos como férias, adicional noturno, salário mínimo, licença-paternidade, 13º salário, FGTS, entre outros, são “intocáveis”.

— Essas conquistas não foram alcançadas de graça. Foram forjadas a duras penas. Foi e continua sendo questão de justiça — assinalou.

Paim também cobrou avanços na legislação trabalhista e informou que as centrais sindicais programam para 6 de março um ato em Brasília com 40 mil pessoas.

Figueiró quer usina separadora de gás em MS

A instalação de uma separadora de gás para otimizar o aproveitamento dos mais de cem subprodutos que são transportados pelo gasoduto Bolívia-Brasil foi solicitada por Ruben Figueiró (PSDB-MS) ao governo federal.

De acordo com o senador, junto com o gás natural, entre outros subprodutos, vêm 520 mil toneladas de butano e propano, quantidade que, transformada industrialmente, seria suficiente para abastecer de gás de cozinha (gás liquefeito de petróleo, ou GLP) toda a Região Centro-Oeste. No entanto, esse gás é simplesmente queimado nas regiões industriais.

— São milhões e milhões de dóla-

res jogados fora anualmente, num processo que só podemos considerar irracional — afirmou.

Atualmente, informou Figueiró, o gás de cozinha utilizado no Brasil é proveniente da Argentina e transportado por via marítima até Santos (SP). O gás que abastece o Centro-Oeste chega até a região por meio de caminhões-tanque. De acordo com o senador, a importação do GLP custa ao país mais de R\$ 100 milhões por ano, além do óleo diesel utilizado no transporte por via rodoviária.

— E esse transporte também representa um perigo para a população, uma vez que são feitas 45 mil viagens

por ano, totalizando mais de 96 milhões de quilômetros rodados, com grande risco de acidentes para transportar as mais de 50 mil toneladas de GLP — disse.

Figueiró informou que o projeto de construção de uma usina separadora em Mato Grosso do Sul foi apresentado para os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula, que a princípio manifestaram interesse. Mas apenas estudos de viabilidade foram efetuados.

De acordo com o senador, um dos motivos alegados pela Petrobras, no estudo realizado em meados dos anos 1990, foi que a usina teria uma rentabilidade de 10% ao ano, mas a viabilidade econômica precisaria de um retorno de 13,5% ao ano.

— O mercado mudou, a economia está muito mais dinâmica. Será que não é hora de colocar a mão na massa e realizar novos estudos de viabilidade econômica? — questionou.



Gasoduto Brasil-Bolívia, no campo de San Alberto, no município boliviano de Carapari



Desperdício é irracional, diz Ruben Figueiró